



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

**CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL – CAFIL-PB**

Regulamentado pela Lei 9.697 de 04 de maio de 2012

**MÊS DE REFERÊNCIA – DEZEMBRO / 2021**

Data da última alteração: 23 / 12 / 2021

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
03.196.316/0001-99	AQ CONSTRUTORA EIRELI-EPP	CONTRATOS PJ-032/2020 PJ-037/2020 PJ-038/2020	20-03658-2 20-03659-1 20-03642-6	ATRASO INJUSTIFICADO NO INÍCIO DAS OBRAS E DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS.	02 DE FEVEREIRO DE 2021	<b>02 DE FEVEREIRO DE 2023</b>	19 DE FEVEREIRO DE 2021	<b>03 DE FEVEREIRO DE 2023</b>	DER
03.263.984/0001-91	LK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP	CONTRATO Nº 03/2021	21-00656-3	DESCUMPRIMENTO DE CLAUSULAS DE CLAUSULAS E PRAZOS CONTRATUAIS, LEVANDO AO DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO REMETENDO A NÃO-EXECUÇÃO DA OBRA.	SUSPENSÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 01 (UM) ANO.	20 DE OUTUBRO DE 2021	<b>20 DE OUTUBRO DE 2022</b>	1 DE OUTUBRO DE 2021	<b>21 DE OUTUBRO DE 2022</b>	SUPLAN
03.263.984/0001-91	LK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP	CONTRATO Nº 40/2020	20-02036-8	DESCUMPRIMENTO DE CLAUSULAS DE CLAUSULAS E PRAZOS CONTRATUAIS, BEM COMO DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	RESCISÃO UNILATERAL, MULTA, SUSPENSÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 01 (UM) ANO.	20 DE OUTUBRO DE 2021	<b>20 DE OUTUBRO DE 2022</b>	21 DE OUTUBRO DE 2021	<b>21 DE OUTUBRO DE 2022</b>	SUPLAN
03.263.984/0001-91	LK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP	CONTRATO Nº 76/2019	19-02523-8	DESCUMPRIMENTO DE CLAUSULAS E PRAZOS CONTRATUAIS BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 ANO. ENTRETANTO, CONSIDERANDO A LIMINAR PROFERIDA NO MANDADO DE SEGURANÇA NOS AUTOS DO <b>PROCESSO Nº 0823302-13.2021.8.15.2001</b> , A PENALIDADE FICA SUSPensa, APENAS, PARA A SITUAÇÃO MENCIONADA PELO JUÍZO.	05 DE MAIO DE 2021	<b>05 DE MAIO DE 2022</b>	25 DE OUTUBRO DE 2021	<b>06 DE MAIO DE 2022</b>	SUPLAN



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
					CONFORME A DECISÃO A SEGUIR: "...SENDO ASSIM, DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR, E DETERMINO AO IMPETRADO QUE SUSPENSA OS EFEITOS DA PENALIDADE DE INCLUSÃO DO NOME DA PARTE IMPETRANTE NO CAFIL, CONSUBSTANCIADA NA CARTA DE NOTIFICAÇÃO Nº 32/2021 (REFERENTE AO CONTRATO PJU Nº 0076/2021), NA CARTA DE NOTIFICAÇÃO Nº 41/2021 (REFERENTE AO CONTRATO PJU Nº 0086/2019) E NA CARTA DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2021 (REFERENTE AO CONTRATO PJU Nº 132/2020), DE MODO A EVITAR IMPEDIMENTO, SOMENTE EM RAZÃO DESSAS PENALIDADES, DA REALIZAÇÃO DE EVENTUAIS PRORROGAÇÕES EM OUTROS CONTRATOS QUE A PARTE IMPETRANTE MANTENHA COM O ENTE PÚBLICO, ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTE JUÍZO.					
03.263.984/0001-91	LK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI EPP	CONTRATO Nº 86/2019	19-00652-7	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS E PRAZOS CONTRATUAIS BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 ANO. ENTRETANTO, CONSIDERANDO A LIMINAR PROFERIDA NO MANDADO DE SEGURANÇA NOS AUTOS DO <b>PROCESSO Nº 0823302-13.2021.8.15.2001</b> , A PENALIDADE FICA SUSPENSA, APENAS, PARA A SITUAÇÃO MENCIONADA PELO JUÍZO, CONFORME A DECISÃO A SEGUIR: "...SENDO ASSIM, DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR, E DETERMINO AO IMPETRADO QUE SUSPENSA OS EFEITOS DA PENALIDADE DE INCLUSÃO DO NOME DA PARTE IMPETRANTE NO CAFIL, CONSUBSTANCIADA NA CARTA DE NOTIFICAÇÃO Nº 32/2021 (REFERENTE AO CONTRATO PJU Nº 0076/2021), NA CARTA DE NOTIFICAÇÃO Nº 41/2021 (REFERENTE AO CONTRATO PJU Nº 0086/2019) E NA CARTA DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2021 (REFERENTE AO CONTRATO PJU Nº 132/2020), DE MODO A EVITAR IMPEDIMENTO,	18 DE MAIO DE 2021	<b>25 DE OUTUBRO DE 2022</b>	18 DE MAIO DE 2021	<b>19 DE MAIO DE 2022</b>	SUPLAN



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
					SOMENTE EM RAZÃO DESSAS PENALIDADES, DA REALIZAÇÃO DE EVENTUAIS PRORROGAÇÕES EM OUTROS CONTRATOS QUE A PARTE IMPETRANTE MANTENHA COM O ENTE PÚBLICO, ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTE JUÍZO."					
04.449.537/0001-94	RECLIMATEC REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO LTDA	ARP/CONTRATO Nº 043/2015	SEM CADASTRO CGE	CLÁUSULAS DÉCIMA QUARTA E DO CONTRATO Nº 043/2015	PENA DE IMPEDIMENTO DELICITAR COM ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS	26 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>26 DE FEVEREIRO DE 2022</b>	18 DE MARÇO DE 2020	<b>27 DE FEVEREIRO DE 2022</b>	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
05.393.059/0001-00	HML COMERCIAL LTDA – ME (REI DOS ESPORTES)	CONTRATO Nº 076/2018	18-00329-0	NÃO CUMPRIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL TOTAL	05(CINCO) ANOS, TENDO EMVISTA INCIDÊNCIA NOS ARTIGOS II, III E IV DA LEI ESTADUAL Nº 9.687/12	18 DE SETEMBRO DE 2018	<b>17 DE SETEMBRO DE 2023</b>	15 DE JANEIRO DE 2019	<b>18 DE SETEMBRO DE 2023</b>	SEAP
06.243.407/0001-26	PRÓSPERA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI	CONTRATO Nº 0015/2017 (ATA DE REGISTRO)	17-02583-4	INEXECUÇÃO TOTALDO OBJETO CONTRATUAL	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 825,80 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM	08 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>08 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	16 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>09 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
		DE PREÇOS Nº 0160/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2016 - PROCESSO Nº 19.000.00794 7.2016)			10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 87, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 825,80 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 87, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA DECISÃO, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART 2º , I, DA LEI Nº 9.697/12. (PROCESSO Nº 15.000.000009.2018)					



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
09.753.377/0001-96	CONSTRUTOR A E INCORPORADO -RA RR LTDA	CONTRATONº 0052/2019 -DTC/GEE	19-02692-7	INEXECUÇÃO CONTRATUAL CONFORME DECISÕES ADMINISTRATIVAS REFERENTES AO P.A Nº 063/2020, NA CI-GEE Nº 005/20 E NO PARECER JURÍDICO Nº 061/20, RESPEITADOS OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO, TENDO EM VISTA O NÃO CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, O CUMPRIMENTO IRREGULAR DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, A LENTIDÃO NO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS, O COMETIMENTO REITERADO DE FALTAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL NOS TERMOS DO ART. ART. 82, §1º, DA LEI Nº. 13.303/2016, INCLUSIVE COM APLICAÇÃO DE MULTAS (NOTIFICAÇÕES NºS 02 E 03/2020)	APLICADA A SANÇÃO CONTRATUAL DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO 02 (DOIS) ANOS.	01 DE OUTUBRO DE 2020	01 DE OUTUBRO DE 2022	11 DE DEZEMBRO DE 2020	02 DE OUTUBRO DE 2022	PBGÁS
10.588.767/0001-37	MH CONSTRUTORA SUZANA AZEVEDO MEIRA EPP	CONTRATO Nº 25/20021	2-01425-6	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA E PRAZOS CONTRATUAIS, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	RESCISÃO UNILATERAL, MULTA E SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO	03 DE NOVEMBRO DE 2021	03 DE NOVEMBRO DE 2022	17 DE DEZEMBRO DE 2021	04 DE NOVEMBRO DE 2022	SUPLAN



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
11.154.621/0001-46	O & A MARKETING E EVENTOS	CONTRATO Nº 0079/2010  (CONVÊNIO FEDERAL Nº 733294/2010 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E O MINISTÉRIO DO TURISMO)	10-01458-6	CUMPRIMENTO À DECISÃO/SENTENÇA , PROLATADO(A) NOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ,Nº 0805287-45.2015.4.05.8200, CLASSE 229 , QUE TEM COMO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	EMPRESA DECLARADA COMO INIDÔNEA, E PROIBIDA DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAISE/OU CREDITÍCIOS PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS.	06 DE DEZEMBRO DE 2019	<b>06 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	24 DE JANEIRO DE 2020	<b>07 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA
11.154.621/0001-46	O & A MARKETING E EVENTOS	CONTRATO Nº 0079/2010  (CONVÊNIO FEDERAL Nº 733294/2010 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E O MINISTÉRIO DO TURISMO)	10-01458-6	CUMPRIMENTO À DECISÃO/SENTENÇA , PROLATADO(A) NOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ,Nº 0805287-45.2015.4.05.8200, CLASSE 229 , QUE TEM COMO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	EMPRESA DECLARADA COMO INIDÔNEA, E PROIBIDA DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAISE/OU CREDITÍCIOS PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS.	06 DE DEZEMBRO DE 2019	<b>06 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	24 DE JANEIRO DE 2020	<b>07 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
11.589.693/0001-16	WANDERLY SOARES DE SOUZA – EPP (OXENTE COMÉRCIO E SERVIÇOS)	CONTRATONº 0006/2018	18-00438-5	INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO CONTRATUAL	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE À PARTE NÃO CUMPRIDA, CORRESPONDENTE A R\$6.045,35 (SEIS MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE À PARTE NÃO CUMPRIDA, CORRESPONDENTE A R\$6.045,35 (SEIS MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DOS ITENS 11,0, 12,0 E 32,0 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PÉLO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA	28 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>28 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	04 DE DEZEMBRO DE 2018	<b>29 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	POLÍCIA MILITAR
					PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA DECISÃO, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000046.2018)					



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
14.976.728/0001-68	CONSTRUTOR A CONSTRUTERRA E SERVIÇOS EIRELLI-EPP	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2015	SEM CADASTRO CGE	CLÁUSULA SÉTIMA (ITEM 7.12; 7.13) S C/C, CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (SUBITEM 16.1.2-ALÍNEA"E", ITEM 16.5.	I – MUTA DE 15% SOBRE O VALOR EXPRESSO NA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003.10/2016. II – IMPEDIMENTO DE LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS.	30 DE ABRIL DE 2019	<b>29 DE ABRIL DE 2024</b>	19 DE JUNHO DE 2019	<b>30 DE ABRIL DE 2024</b>	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
15.033.987/0001-18	D&P COMERCIO DEMATERIAIS DEESCRITORIO EDE HIGIENE LTDA	CONTRATO Nº 0060/2019	19-02202-6	INEXECUÇÃO TOTALDO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO,</b> CORRESPONDENTE A R\$15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DEREFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO,</b> CORRESPONDENTE A R\$	21 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	04 DE MARÇO DE 2020	<b>22 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
					15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; <b>IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS</b> , INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000068.2019)					
15.033.987/0001-18	D&P COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS LTDA-EPP	PREGÃO Nº 312/2018 - ARP Nº 0083/2019	19-00413-5	INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NA ARP Nº083/2019, DERIVADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº312/2018.	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, PELO PRAZO DE 2 (DOIS)ANOS.	06 DE MAIO DE 2020	<b>06 DE MAIO DE 2022</b>	22 DE MAIO DE 2020	<b>07 DE MAIO DE 2022</b>	SEAD
15.776.046/0001-74	SANTENGE ENGENHARIA E SERVIÇOS EPP	CONTRATO Nº 125/2020	20-04561-1	DESCUMPRIMENTO DE CLASULAS CONTRATUAIS DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, REMETENDO À NÃO CONCLUSÃO DA OBRA.	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS)MESES	06 DE OUTUBRO DE 2021	<b>06 DE JANEIRO DE 2022</b>	14 DE OUTUBRO DE 2021	<b>07 DE JANEIRO DE 2022</b>	SUPLAN
19.369.906/0001-06	FFJ CONSTRUTORA LTDA	CONTRATO Nº 78/2019	19-00857-3	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.	06 DE MAIO DE 2021	<b>06 DE MAIO DE 2022</b>	07 DE MAIO DE 2021	<b>07 DE MAIO DE 2022</b>	SUPLAN



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
				FINANCEIRO.						
23.782.319/0001-11	TALENTOS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - ME	PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/20	20-03050-9	DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DENOTANDO "ABANDONO" E INEXECUÇÃO CONTRATUAL, CONFORME FATOS ALEGADOS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS CGP-PRC-2021/11099 E CGP-PRC-2021/32744	APLICAÇÃO DE MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DA PARCELA NÃO EXECUTADA DO CONTRATO, INCISO II DO ART. 217 E INCLUSÃO NO CAFIL – CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITA, INCISO IV DO ART. 214, SEGUNDO DA LEI 13.303/16 E O REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA CAGEPA – RILCC, DO CONTRATO 0171/2020, E A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, COM FULCRO NO INCISO III DO ART. 87 E INCISOS II E III DO ART. 88 DA LEI 8.666/93 E DA LEI 9697/12	13 DE DEZEMBRO DE 2021	<b>13 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	17 DE DEZEMBRO DE 2021	<b>14 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	CAGEPA
23.821.927/0001-98	ROSILDO DE LIMA SILVA – EPP (UNIÃO COMERCIAL EPP)	CON61-1TRATO Nº 051/2018	18-00801-1	NÃO CUMPRIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL PARCIAL	05(CINCO) ANOS, TENDO EM VISTA INCIDÊNCIA NOS ARTIGOS II, III E IV DA LEI ESTADUAL Nº 9.687/12	24 DE SETEMBRO DE 2018	<b>23 DE SETEMBRO DE 2023</b>	15 DE JANEIRO DE 2019	<b>24 DE SETEMBRO DE 2023</b>	SEAP
28.997.034/0001-11	MULT NORDESTE COMERCIO EIRELI - ME	CONTRATO Nº 046/2019	19-01420-1	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO)</b> SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C	21 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	04 DE MARÇO DE 2020	<b>22 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	POLICIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
					O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO(MORA); <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGADO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;</b> <b>IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012.</b> (PROCESSO Nº 15.000.000063.2019)					
29.805.880/0001-55	Z COMERCIO DE AÇO E FERRAMENTA S LTDA (ANTIGA - PRMCOMERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS -EIRELI)	ARP Nº 039/2019	-	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 13 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019, BEM AINDA OS ITENS 9.1 E 9.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.	I-PENA DE MULTA DE 20% SOBRE O VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2019; II – PENA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR COMO ADMINISTRAÇÃO, PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS	01 DE ABRIL DE 2020	<b>31 DE MARÇO DE 2022</b>	26 DE MARÇO DE 2021	<b>01 DE ABRIL DE 2022</b>	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
40.947.921/0001-80	CONSTRUTORA AZEVEDO LTDA	CONTRATO Nº 73/2020	20-00076-5	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.	06 DE MAIO DE 2021.	<b>06 DE MAIO DE 2022</b>	07 DE MAIO DE 202	<b>07 DE MAIO DE 2022</b>	SUPLAN



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
40.947.921/0001-80	CONSTRUTORA AZEVEDO LTDA	CONTRATO Nº 52/2020	20-00002-8	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.	SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.	11 DE MAIO DE 2021.	<b>11 DE MAIO DE 2022</b>	14 DE MAIO DE 2021	<b>12 DE MAIO DE 2022</b>	SUPLAN
009.860.574-79	LEANDRO CARDOSO AGUIAR	CONTRATO Nº 0015/2017 (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0160/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2016 - PROCESSO Nº 19.000.00794 7.2016)	17-02583-4	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 825,80 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 87, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 825,80 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 87, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA DECISÃO, INCLUINDO-ANO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART 2º, I, DA LEI Nº 9.697/12. (PROCESSO Nº 15.000.000009.2018)	08 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>08 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	16 DE NOVEMBRO DE 2018	<b>09 DE NOVEMBRO DE 2023</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
020.667.704-93	GLORIA GEANE DE OLIVEIRA FERNANDES	-	-	EM CUMPRIMENTO À SENTENÇA OBJETO DO PROCESSO: 0025884-74.2012.8.15.0371 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA COMARCA DE SOUSA JUÍZO DO(A) 5ª VARA MISTA DE SOUSA	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLITICOS PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS-MULTA CIVIL (02)DUAS VEZES O VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL- PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS DIRETA OU INDIRETA, AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURIDICA A QUAL SEJA SÓCIA MAJORITÁRIA PELO PRAZO DE 03 ANOS E RESSARCIMENTO AO ERÁRIO A SER APURADA EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA	27 DE MAIO DE 2021	27 DE MAIO DE 2026	29 DE JULHO DE 2021	28 DE MAIO DE 2026	PGE DESPACHO Nº PGE-DES- 2021/00081
029.286.734-40	WANDERLY SOARES DE SOUZA	CONTRATO Nº 0006/2018	18-00438-5	INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO CONTRATUAL	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE À PARTE NÃO CUMPRIDA, CORRESPONDENTE A R\$ 6.045,35 (SEIS MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR CORRESPONDENTE À PARTE NÃO CUMPRIDA, CORRESPONDENTE A R\$ 6.045,35 (SEIS MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DOS ITENS 11,0, 12,0 E 32,0 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	28 DE NOVEMBRO DE 2018	28 DE NOVEMBRO DE 2023	04 DE DEZEMBRO DE 2018	29 DE NOVEMBRO DE 2023	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
					ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA DECISÃO, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000046.2018)					
048.528.334-43	DIOGO HENRIQUE CARNEIRO DA CUNHA MARQUES	CONTRATONº 0060/2019	19-02202-6	INEXECUÇÃO TOTALDO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATÓRIA DE 10%(DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA);</b> <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE</b>	21 DE FEVEREIRO DE 2020	21 DE FEVEREIRO DE 2025	04 DE MARÇO DE 2020	22 DE FEVEREIRO DE 2025	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
					<b>05 (CINCO) ANOS</b> , INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000068.2019)					
066.682.784-26	PAULO PIRES CARNEIRO DA CUNHA NETO	CONTRATONº 0060/2019	19-02202-6	INEXECUÇÃO TOTALDO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATÓRIA DE 10%(DEZ POR CENTO)</b> SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO)</b> SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DO OBJETO DO	21 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	04 DE MARÇO DE 2020	<b>22 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
					CONTRATO ADMINISTRATIVO: <b>IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS</b> , INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000068.2019)					
105.143.874-83	JOANA D'ARC DA SILVA ALMEIDA	CONTRATO Nº 046/2019	19-01420-1	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL	<b>MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO)</b> SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); <b>MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO)</b> SOBRE O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87,	21 DE FEVEREIRO DE 2020	<b>21 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	04 DE MARÇO DE 2020	<b>22 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	POLÍCIA MILITAR



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Controladoria Geral do Estado**  
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIODA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
					INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DIANTE DOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA NÃO ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO; <b>IMPEDIMENTO DE LICITAR ECONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS</b> , INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.6 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02 E AINDA NO ART. 2º, I, DA LEI Nº 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000063.2019)					
146.193.004-97	JOAO BOSCO NONATO FERNANDES	-	-	EM CUMPRIMENTO À SENTENÇA OBJETO DO PROCESSO: 0025884-74.2012.8.15.0371 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA COMARCA DE SOUSA JUÍZO DO(A) 5ª VARA MISTA DE SOUSA	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS-MULTA CIVIL (02)DUAS VEZES O VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL- PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS DIRETA OU INDIRETA, AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA A QUAL SEJA SÓCIA MAJORITÁRIA PELO PRAZO DE 03 ANOS E RESSARCIMENTO AO ERÁRIO A SER APURADA EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA	27 DE MAIO DE 2021	27 DE MAIO DE 2026	29 DE JULHO DE 2021	28 DE MAIO DE 2026	PGE DESPACHO Nº PGE-DES- 2021/00081
468.172.984-15	OZIMAR BERTO DE ARAÚJO	CONTRATO Nº 0079/2010 (CONVÊNIO FEDERAL Nº 733294/2010 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E O MINISTÉRIO DO TURISMO)	10-01458-6	CUMPRIMENTO À DECISÃO/SENTENÇA, PROLATADO (A) NOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, Nº 0805287-45.2015.4.05.8200, CLASSE 229, QUE TEM COMO AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	EMPRESA DECLARADA COMO INIDÔNEA, E PROIBIDADE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS E/OU CREDITÍCIOS PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS.	06 DE DEZEMBRO DE 2019	06 DE DEZEMBRO DE 2022	24 DE JANEIRO DE 2020	07 DE DEZEMBRO DE 2022	JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA